



Processo Administrativo nº 7.178/2024

Interessado: Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito

PARECER JURÍDICO Nº 227/2024

TERMO DE FOMENTO ENTRE O
MUNICÍPIO DE CAMPO BOM/RS E O
CONSELHO COMUNITÁRIO PRÓ-
SEGURANÇA PÚBLICA.
PARECER JURÍDICO. POSSIBILIDADE.
COM BASE NA LEI 13.019/14.1.

1 – OBJETO

Trata-se de pedido de parecer jurídico referente à possibilidade de realização de termo de fomento entre o Município de Campo Bom/RS e o Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública (CONSEPRO), cujo objeto é a “Parceria entre o Município de Campo Bom e o Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública, e o repasse de recursos financeiros para auxiliar a garantia da sustentabilidade da atuação da brigada militar e da polícia civil de Campo Bom, estagiários, mediante a manutenção dos prédios, equipamentos e viaturas, pequenos consertos e suprimento de combustíveis, alugueis, salários e despesas administrativas.”.

Conforme detalhado no Plano de Trabalho proposto, a contrapartida alçada por esta municipalidade ao CONSEPRO pela execução do objeto será no valor total de R\$ 197.772,00 (cento e noventa e sete mil setecentos e setenta e dois reais), pagos nos termos do plano de trabalho apresentado pela associação que acompanha o processo administrativo.



2 – DO PARECER

Em primeiro lugar, para correta compreensão do objeto deste parecer, mostra-se importante conceituar o que se entende por termo de fomento, sendo este definido, conforme o Art. 2º, VIII, da lei nº 13.019/14, como *“instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros;.”*

Vem o presente processo administrativo para que seja analisada a possibilidade de realização do referido fomento, através de processo de inexigibilidade chamamento público. Neste sentido, dispõe o Art. 31, caput, da lei nº 13.019/2014:

Art.31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

Neste sentido, a análise técnica realizada pela Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito de Campo Bom/RS atesta que a referida associação é a única nesta municipalidade que realiza as atividades descritas no plano de trabalho apresentado, de maneira que não se verifica, no presente caso, viabilidade de competição, embasando deste modo a inexigibilidade de realização de chamamento público, regra geral para realização de termos de fomento entre administração pública e as organizações da sociedade civil.

Superada esta questão, considerando tratar-se de termo de fomento a ser realizado entre o Município de Campo Bom/RS e o Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública, decorrente de inexigibilidade de chamamento público, que envolve a transferência de recursos e cujo plano de trabalho é apresentado pela organização da sociedade civil, o instrumento normativo de regência que regula tal



modalidade de avença é a Lei nº 13.019/14, como já referido anteriormente. Neste sentido, dispõe a mesma:

Art. 34. Para celebração das parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão apresentar:

II- Certidão de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável de cada ente federado;

III- Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

V- Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;

Conforme se depreende da análise do excerto legal, para que seja possível a celebração do termo de fomento, além das exigências em relação ao projeto de trabalho apresentado, cuja análise sobre o cumprimento das exigências constantes da Lei nº13.019/14 deve se dar pela comissão de fiscalização do termo de fomento, a organização da sociedade civil deve apresentar uma série de documentos e comprovantes, cuja presença é essencial para a higidez formal da avença firmada entre as partes.

Neste sentido, da análise do expediente administrativo, verifica-se que o Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública de Campo Bom/RS apresentou todos os documentos elencados pelo Art.34 da Lei 13.019/14, cumprindo, deste modo, todos os requisitos formais para realização do termo de fomento entre as partes, decorrente de inexigibilidade de chamamento público, fundada no Art. 31, Caput, da mesma normativa. Assim, considerando estarem presentes todos os requisitos legais, entende-se plenamente válida e legal a realização de termo de fomento com o Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública, nos termos do disposto na Leiº13.019/14.



3 – CONCLUSÃO

Ante ao exposto, opina-se pela possibilidade de realização de parceria, entre o Município de Campo Bom/RS e Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública, cujo objeto é o repasse de recursos financeiros para fomento para auxiliar na garantia da sustentabilidade da atuação da brigada militar e da polícia civil de Campo Bom, estagiários, mediante a manutenção dos prédios, equipamentos e viaturas, pequenos consertos e suprimento de combustíveis, alugueis, salários e despesas administrativas, nos termos do plano de trabalho aprovado.

Contudo, é necessária atualização da certidão de regularização do FGTS que se encontra vencida.

É o parecer que submete à apreciação superior.

Campo Bom/RS, 28 de Junho de 2024.

Fernando Luz Lehn
Procurador-Geral do Município
OAB/RS 51.236